



Bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas alerta para redução do consumo devido às medidas de austeridade (C/ÁUDIO)

Lisboa, Portugal 10/10/2010 13:31 (LUSA)

Temas: Economia, Negócios e Finanças, orçamento

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 10 out (Lusa) - O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) alertou hoje que a consequência mais negativa do novo pacote de medidas de austeridade é uma redução do consumo e desvalorizou o impacto do aumento do IVA para 23 por cento.

"As medidas de austeridade tomadas vão ter consequências graves, mas para a recuperação económica a consequência imediata será uma redução do consumo", disse à Lusa o bastonário, Domingues de Azevedo.

"Se não há consumo, não há necessidades de produção, e se não há necessidades de produção, não há criação de postos de trabalho e depois já estamos numa 'pescadinha de rabo na boca'. E depois entra o Estado Social a garantir todo este processo. Por isso, uma das consequências mais negativas poderá ser a diminuição do poder de compra das pessoas", sublinhou o mesmo responsável.

Outra questão importante, acrescentou o bastonário, é a competitividade dos produtos portugueses no mercado interno.

"[Afeta] Mais do que no mercado externo, uma vez que quando vão para o mercado externo são limpos do IVA. Nessa dimensão, o IVA tem um efeito limitado à dimensão do nosso país. Internamente, os produtos de Portugal poderão vir a sofrer uma diminuição da competitividade face aos produtos de outros países", explicou Domingues de Azevedo.

"O problema está no imposto intermédio, o que vem dar um custo superior dos produtos portugueses aos dos países que não têm as mesmas taxas", concluiu.

Quanto aos efeitos do aumento do IVA para os consumidores, o bastonário da OTOC desvalorizou o impacto, apontando a dispersão das várias taxas de IVA que se pagam em Portugal.

"A taxa de 23 por cento é má, mas por vezes tem um efeito limitado. [...] A nossa dispersão de taxas [indica que] a taxa a 23 por cento vai dar uma taxa

média, provavelmente, na ordem entre os 16 e os 17 por cento. Ora se formos ver a Dinamarca, eles têm uma taxa única de 25 por cento", adiantou o responsável.

Para Domingues de Azevedo, a questão resume-se "a saber o que é que os cidadãos podem continuar a contar com o Estado para a resolução dos seus problemas", uma vez que "se puderem continuar a contar na mesma dimensão do que têm contado, o agravamento também não é por aí além".

NVI.

*** Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico ***

Lusa/Fim